

A. I. Nº - 282219.1107/14-2  
AUTUADO - CHIES PRODUTOS LTDA.  
AUTUANTE - RUBENS MINORU HONDA  
ORIGEM - IFEP COMÉRCIO  
INTERNET - 09.06.2015

#### 4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

##### ACÓRDÃO JJF Nº 0095-04/15

**EMENTA:** ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. SUJEITO PASSIVO POR SUBSTITUIÇÃO. IMPOSTO RETIDO E NÃO RECOLHIDO. Ficou caracterizado que para um dos períodos autuado ocorreu o recolhimento espontâneo do imposto retido visto que, na data do recolhimento para esse período o contribuinte não se encontrava sob ação fiscal, pois a intimação fiscal não abarcava esse período. Mantida a autuação em relação ao período anterior no qual já se encontrava sob ação fiscal. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O Auto de Infração em referência foi lavrado em 07/11/2014 para reclamar crédito tributário no montante de R\$43.987,30 sob a acusação de que o autuado *"deixou de recolher ICMS retido, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às operações internas subsequentes, nas vendas realizadas para contribuintes localizados neste Estado"* referente aos meses de julho e agosto de 2014. Foi aplicada multa no percentual de 150% prevista no Art. 42, inciso V, "a" da Lei nº 7.014/96.

O autuante juntou à fl. 5 o Aviso de Recebimento - AR com data de entrega no endereço da autuada em 13/10/2014 do Termo de Início de Fiscalização de fl. 6.

Cientificado do lançamento, o autuado, por intermédio de seu patrono, ingressou com as Razões de Defesa, fls. 15 e 16, citando que é contribuinte de ICMS-ST no Estado da Bahia e que deixou de recolher o ICMS-retido na condição de sujeito passivo por substituição. Referindo-se ao Auto de Infração em tela, diz que o mesmo restou prejudicado visto que, em data anterior, já havia recolhido o imposto referente as competências autuadas, efetuando a juntada dos comprovantes de pagamentos efetivados no dia 14/10/2014, conforme documentos de fls. 28 a 31.

O autuante presta informação fiscal, fls. 39 e 40 dos autos, citando que analisou as cópias das Guias de Recolhimento apresentadas pelo autuado, bem como os demais documentos acostados ao processo, e constatou que o recolhimento ocorreu em 14 de outubro de 2014, um dia após entrega e ciência do Termo de Início de Fiscalização que ocorreu no dia 13 de outubro de 2014, observando que estando regularmente cientificada a empresa, através do Termo de Início de Fiscalização, perde a espontaneidade para recolhimentos de tributos em atraso relativo ao período fiscalizado, conforme Art. 28, § 1º e Art. 95 do RPAF/BA, dizendo acreditar que os valores pagos através das guias próprias devam ser homologados e abatidos do valor do Auto de Infração lavrado.

Conclui afirmando estarem devidamente caracterizados os elementos que ensejaram a pertinente ação fiscal na forma prevista na legislação em vigor e que, por isso, ratifica a autuação e solicita que o presente lançamento de ofício seja julgado totalmente procedente.

#### VOTO

Examinando as peças que integram os autos deste processo vejo que se trata de contribuinte substituto situado no município de Porto Alegre-RS. Consta à fl. 6, Termo de Início de

Fiscalização / Intimação, com data de 01/10/2014, o qual foi entregue no endereço do contribuinte no dia 13/10/2014, conforme se comprova através do Aviso de Recebimento de fl. 5, emitido pelos Correios. Consta da referida intimação que foram iniciados os trabalhos de fiscalização referente ao período de janeiro a julho/2014 em cumprimento a programação fiscal para verificação de "Omisso do ICMS/ST".

Diante dos dados acima, temos que a empresa autuada, a partir do dia 13/10/14, data em que foi efetivamente intimada, se encontrava sob ação fiscal para fim de verificação dos recolhimentos do ICMS-ST das ocorrências compreendidas a partir do mês de janeiro/14 até o mês de julho/14.

Os artigos do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal do Estado da Bahia - RPAF/BA, mencionados pelo autuante em sua informação fiscal, assim se apresentam:

***Art. 28.** A autoridade administrativa que efetuar ou presidir tarefas de fiscalização para verificação do cumprimento de obrigação tributária lavrará, ou determinará que sejam lavrados, conforme o caso:*

***I -** Termo de Início de Fiscalização, destinado a documentar o início do procedimento fiscal, com indicação do dia e hora da lavratura, devendo ser colhida a assinatura do intimado no instrumento ou em recibo, a menos que seja transcrito diretamente em livro do próprio contribuinte;*

*(...)*

***§ 1º** O procedimento de fiscalização deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável mediante comunicação escrita da autoridade competente por iguais períodos*

*consecutivos, sendo que, esgotado o prazo sem que haja prorrogação ou lançamento de ofício, o sujeito passivo poderá exercer o seu direito à denúncia espontânea, se for o caso.*

***Art. 95.** No caso de o contribuinte, antes do início de qualquer procedimento fiscal, procurar espontaneamente a repartição fazendária de sua circunscrição para comunicar irregularidade ou recolher tributo não pago na época própria, observar-se-á o seguinte:*

***I -** a repartição fazendária orientará o sujeito passivo no preenchimento do instrumento de denúncia espontânea, que será devidamente protocolizado;*

***II -** a denúncia espontânea será instruída, quando for o caso, com:*

***a)** a discriminação do débito;*

***b)** o comprovante do recolhimento do tributo, acrescido da atualização monetária e dos acréscimos moratórios cabíveis;*

***c)** o requerimento de parcelamento com os elementos exigidos pela legislação, se o débito for parcelado; ou*

***d)** a prova do cumprimento da obrigação acessória a que se referir.*

***Parágrafo único.** A denúncia espontânea não se aplica em relação à falta de entrega no prazo regulamentar de declaração de obrigação tributária pelo sujeito passivo em documentos de informações econômico-fiscais previstos na legislação, bem como à falta de recolhimento do tributo nele informado.*

À luz da norma regulamentar acima transcrita nos deparamos com a seguinte situação: o Termo de Início de Fiscalização é bastante claro ao indicar o período abrangido pela ação fiscal, ou seja, janeiro a julho de 2014. Diante disto temos que para a autuação levada a efeito em relação ao mês de agosto/14 inexistia qualquer comunicação ao autuado de que ele se encontrava sob ação fiscal em relação a este mês, descabendo, portanto, a autuação no valor de R\$19.711,42 relativamente ao mês de agosto/14, por ficar caracterizado, neste caso, o recolhimento espontâneo do imposto retido pelo contribuinte.

Situação diferente ocorreu em relação ao mês de julho, já que, para este período, o contribuinte se encontrava sob ação fiscal a partir do dia 13/10/14 enquanto o recolhimento do valor de R\$24.275,88 ocorreu no dia seguinte, ou seja 14/10/14, quando não mais poderia ter sido efetuado o pagamento do imposto de forma espontânea.

Portanto, fica mantida a autuação apenas em relação ao mês de julho/14, no valor de R\$24.275,88, devendo ser homologado pelo setor competente desta SEFAZ o pagamento efetuado pelo autuado

através do DAE de fl. 29, do valor principal na quantia de R\$24.275,88 e dos acréscimos legais de R\$2.172,03, totalizando o recolhimento o valor de R\$26.447,91.

Em conclusão, voto pela Procedência Parcial do Presente Auto de Infração.

### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **282219.1107/14-2** lavrado contra **CHIES PRODUTOS LTDA.**, devendo o autuado ser intimado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$24.275,88**, acrescido da multa de 150% prevista no Art. 42, inciso V, "a" da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos legais, cabendo a homologação do valor já recolhido conforme DAE de fl. 29 no valor de R\$26.447,91.

Sala das Sessões do CONSEF, 02 de junho de 2015

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA - PRESIDENTE / RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS - JULGADORA

VALTÉRCIO SERPA JUNIOR - JULGADOR